

Vol. 7

Organizadores:

Eunice Magalhães

Lígia Monteiro

Maria Manuela Calheiros

Crianças em Risco e Perigo

**Contextos, Investigação
e Intervenção**

EDIÇÕES SÍLABO



Crianças em Risco e Perigo

Contextos, Investigação
e Intervenção

Vol. 7

Organização:

EUNICE MAGALHÃES

LÍGIA MONTEIRO

MARIA MANUELA CALHEIROS

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

Esta obra teve o apoio do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e do CIS-IUL

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

cis _ iscte
Centro de Investigação
e Intervenção Social

FICHA TÉCNICA

Título: Crianças em Risco e Perigo – Contextos, Investigação e Intervenção – Vol. 7

Autores: Eunice Magalhães, Lígia Monteiro, Maria Manuela Calheiros e vários autores

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

Fotografia da capa: © Lightkeeper | Dreamstime.com

1ª Edição – Lisboa, dezembro de 2025.

Impressão e acabamentos: Europress, Lda.

Depósito Legal: 326369/11

ISBN: 978-989-561-449-3

 **EDIÇÕES SÍLABO, Lda.**
Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo
R. Cidade de Manchester, 2
1170-100 Lisboa
Telf.: 218130345
e-mail: silabo@silabo.pt
www.silabo.pt

Índice

Prefácio	9
Revisores dos textos incluídos neste volume	11

Parte 1

Contextos familiares

Experiências de parentalidade na infância e práticas parentais atuais: O papel mediador da ansiedade e depressão	15
Madalena Guimarães • Eunice Magalhães Cláudia Camilo • Patrício Costa	

Associações entre a relação coparental e as práticas parentais do pai: o papel mediador do <i>stress</i> parental	37
Marta Vasconcelos • Cláudia Camilo • Lígia Monteiro	

Respostas profissionais às necessidades das famílias em pós-adoção em Portugal: o que é feito e o que fica por fazer?	61
Joana Soares • Maria Barbosa-Ducharne	

Representações de vinculação em idade pré-escolar e autoconceito: o papel do sexo e competência verbal das crianças	81
Dália Nobre • Carolina Santos • Nadine Correia • Lígia Monteiro	

Desenvolvimento e validação inicial de uma escala de observação da resposta da criança ao toque	105
Carolina Di Sabbato • Flávia Veppo • Mariana Negrão Mariana Pereira • Isabel Soares • Joana Baptista	

Contextos sociolegais

Práticas de participação, qualidade e competências sociais das crianças em jardim de infância: contributos para o debate alargado sobre participação 133

Carolina Marujo • Nadine Correia • Eunice Magalhães • Cecília Aguiar

Avaliação de risco infantil em caso de violência doméstica: a criança tem voz? 153

Layla Mendes Chelles • Ana Isabel Sani

Associação entre valores humanos básicos e comportamentos sociais em crianças e jovens vítimas de mau trato 177

Selma Fidalgo Cardoso • Maria Manuela Calheiros

Separação de crianças em perigo das suas famílias de origem: uma revisão *scoping* sobre fatores potencialmente moderadores 199

Tatiana Pereira • Eunice Magalhães • Joana Baptista

A importância de cuidar de quem cuida: a influência de fatores de risco psicossociais na qualidade de vida profissional em profissionais das CPCJ 225

Beatriz Fonseca • Joana Alexandre

Modelo Integrativo de Supervisão Clínica no âmbito do Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens (MISC-PPCJ) 251

Carolina Coelho • Dora Pereira • Madalena Alarcão

Contextos residenciais

A relação entre mau-trato e funcionamento psicológico em contexto de acolhimento residencial: o papel da vinculação aos cuidadores 277

Marta Frazão • Eunice Magalhães • Micaela Pinheiro
Joana Baptista • Carla Silva

**Perspetivas profissionais sobre as necessidades e desafios
na intervenção com crianças e jovens em acolhimento residencial** 301

Ana Oliveira • Rita Francisco • Marta Pedro • Cristina Godinho

**Treino da Mente Compassiva para Cuidadores: resultados
da aplicação de um programa desenhado para apoiar
os cuidadores e as práticas de acolhimento residencial** 323

Laura Santos • Maria do Rosário Pinheiro • Daniel Rijo

© Edições Sílabo
Bertrand + Wook
2026-01-14

Prefácio

Através da obra *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* procuramos disseminar investigação desenvolvida neste domínio e que reflete a relação estreita entre a docência, investigação e prática profissional. Esta obra surge no contexto do Mestrado de Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco e traduz a natureza colaborativa dos processos de investigação, ligando docentes, estudantes, e investigadores/as do Iscte, mas também de outras instituições universitárias e profissionais a desempenhar funções na comunidade.

O livro encontra-se organizado em três partes – contextos familiares, contextos sociolegais e contextos residenciais – que procurarão problematizar a investigação desenvolvida nestes domínios, assim como as implicações para a prática profissional nos contextos de proteção de crianças e jovens em risco e perigo. Os textos propostos para publicação foram objeto de uma revisão cega por pares realizada por um conjunto alargado de investigadores/as.

A primeira parte inclui um conjunto de trabalhos desenvolvidos em *Contextos Familiares*, nomeadamente, centrados no exercício da parentalidade e coparentalidade, assim como nas necessidades das famílias em pós-adoção em Portugal. Num primeiro capítulo, foi explorado o papel mediador da ansiedade e depressão na relação entre a parentalidade na infância e as práticas parentais atuais, a partir de uma lente conceitual da transmissão intergeracional da parentalidade. No segundo capítulo, o *stress* parental foi explorado enquanto mediador na relação entre a qualidade da relação coparental, na perspetiva do pai, e as suas práticas parentais. Depois de explorado o papel de experiências de *stress* parental, será apresentado um estudo que se propôs identificar as práticas profissionais com famílias em pós-adoção, assim como as dificuldades e necessidades reportadas pelos profissionais a desempenhar funções neste contexto. Finalmente, nesta secção são apresentados dois estudos centrados na criança em desenvolvimento, e especificamente, exploradas as relações entre as representações mentais de vinculação de crianças, em idade pré-escolar, e o seu autoconceito, assim como as propriedades psicométricas de uma escala de observação da resposta da criança ao toque afetivo no mesmo período desenvolvimental.

Depois de explorados os processos de parentalidade e familiares que afetam o desenvolvimento da criança, passamos a descrever na segunda parte resultados de investigação em *Contextos Sociolegais* envolvendo estudos desenvolvidos em contextos normativos e de risco ou perigo, considerando, ainda, as necessidades

de suporte e supervisão dos profissionais nestes contextos. No primeiro capítulo são apresentados dados sobre a relação entre as práticas de participação dos educadores de infância, percebidas e observadas, e o desenvolvimento socioemocional das crianças, nomeadamente, nas suas competências sociais, considerando o papel moderador da qualidade das interações educador-criança. Do mesmo modo, aspetos relacionados com a voz das crianças, em especial as vítimas de violência doméstica, são explorados no segundo capítulo. Dada a escassez de investigação sobre os valores em crianças e adolescentes vítimas de mau-trato, o terceiro capítulo propõe-se analisar o papel dos valores humanos básicos ao nível dos comportamentos sociais das crianças e adolescentes, assim como de que forma variáveis individuais e sociais afetam essas relações. Finalmente, os três últimos capítulos desta segunda parte, providenciam dados que poderão informar as práticas dos profissionais do sistema de promoção e proteção ao considerarem os fatores que podem mitigar ou acentuar os efeitos da separação das crianças da sua família nos resultados de desenvolvimento das crianças, assim como os fatores de risco psicossociais que afetam a qualidade de vida profissional em profissionais das CPCJ. A apresentação de um modelo integrativo de supervisão clínica, no último capítulo, constitui-se como uma ferramenta crítica para assegurar a qualidade das práticas profissionais no sistema.

Depois de apresentados e discutidos resultados de investigação centrados nos contextos familiares e sociolegais são apresentados, na terceira parte, dados de investigação em *Contextos Residenciais*. Nesta última parte, dada a relevância central dos profissionais a desempenhar funções em contexto de acolhimento residencial, serão apresentados resultados sobre o papel moderador da vinculação de adolescentes aos cuidadores em acolhimento residencial na relação entre mau-trato e funcionamento psicológico dos adolescentes. Do mesmo modo, serão discutidas as necessidades e desafios que estes profissionais em acolhimento residencial experienciam no quadro das suas funções, e finalmente os desafios no exercício do seu papel profissional. O último capítulo apresenta resultados da aplicação de um programa de Treino da Mente Compassiva para Cuidadores.

Consideramos, assim, que os resultados de investigação apresentados neste livro poderão contribuir de forma significativa para a melhoria das práticas profissionais com vista à promoção dos direitos das crianças e jovens, suas famílias, e do seu bem-estar e funcionamento adaptativo. Como organizadoras do livro, cumpre-nos agradecer a todos/as os/as autores/as que contribuíram para este sétimo volume, agradecendo também a todos/as os/as revisores/as, que adiante são referidos, pela sua apreciável colaboração e pela qualidade científica do feedback providenciado.

Finalmente, um agradecimento especial à Escola de Ciências Sociais e Humanas, ao Departamento de Psicologia e ao Centro de Investigação e Intervenção Social, do Iscte, pelo suporte à edição desta obra.

Eunice Magalhães

Lígia Monteiro

Maria Manuela Calheiros

Revisores dos textos incluídos neste volume

ALEXANDRA CARNEIRO, Universidade Católica Portuguesa

ANA CATARINA CANÁRIO, Universidade do Porto

ANA FONSECA, Universidade de Coimbra

ANA PATRÍCIA DUARTE, Iscte

BÁRBARA NAZARÉ, Universidade Católica Portuguesa

CARLA ANTUNES, Universidade Lusófona, Centro Universitário do Porto

CARLA SILVA, Universidade de Lisboa

CECÍLIA AGUIAR, Iscte

CLÁUDIA CAMILO, Iscte

DORA PEREIRA, Universidade da Madeira

EVA SHIRÓ, ISPA

JOANA ALEXANDRE, Iscte

JOANA BAPTISTA, Iscte

JOANA CERDEIRA, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

JOANA SOARES, Universidade do Porto

JOÃO GRAÇA, Universidade de Groningen

LAURA SANTOS, Universidade de Coimbra

LILIANA CAPITÃO, Universidade do Minho

LUIZA NOBRE LIMA, Universidade de Coimbra

MARTA CAPINHA, Universidade Lusófona, Centro Universitário de Lisboa

MARYSE GUEDES, ISPA

NADINE CORREIA, Iscte

RAQUEL PIRES, Universidade de Coimbra

RENATA BENAVENTE, Universidade Lusófona, Centro Universitário de Lisboa

RITA FRANCISCO, Universidade Católica Portuguesa

Parte 1

Contextos familiares

© Edições Slabo
Bertrand + Wook
2026-01-14

Experiências de parentalidade na infância e práticas parentais atuais¹

O papel mediador da ansiedade e depressão

Madalena Guimarães

Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Eunice Magalhães

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), CIS-ISCTE, Lisboa, Portugal

Cláudia Camilo

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), CIS-ISCTE, Lisboa, Portugal

Patrício Costa

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal

⁽¹⁾ Todas as questões relativas ao presente trabalho devem ser enviadas para:
madalenamsguimaraes@gmail.com.

Resumo:

A literatura sugere que as práticas parentais na infância estão relacionadas com a saúde mental na idade adulta, contudo, o papel mediador da saúde mental na relação entre parentalidade na infância e parentalidade atual ainda carece de investimento. Neste estudo, pretendemos testar o papel mediador da ansiedade e depressão na relação entre a parentalidade na infância e as práticas atuais. Participaram um total de 300 pais e mães, com idades compreendidas entre os 26 e os 61 anos ($M = 41$; $DP = 5.5$), e maioritariamente do sexo feminino (86%). Quanto à idade dos filhos de referência, a maioria das crianças tem entre 6 e 9 anos (73%). Os participantes preencheram um conjunto de questionários de autorrelato: EMBU-MI, o EMBU-P e o BSI. Os resultados revelaram efeitos totais significativos e positivos na relação entre a rejeição na infância e adolescência (da mãe e do pai) e práticas atuais de suporte emocional. Além disso, foi encontrado um efeito de mediação parcial do suporte emocional (da mãe e do pai) nas práticas atuais de suporte emocional e um efeito indireto das experiências de suporte emocional (mãe) nas práticas parentais atuais de rejeição, através da depressão. Estes resultados sugerem a necessidade de promover práticas parentais de suporte emocional enquanto fator protetor da sintomatologia na idade adulta e promotor da transmissão intergeracional destas práticas.

Palavras-chave: práticas parentais; transmissão intergeracional da parentalidade; psicopatologia.

1. Introdução

A parentalidade é considerada uma das tarefas mais complexas e com maiores responsabilidades do ser humano (Holden, 2010). A transmissão intergeracional da parentalidade tem sido alvo de investigação cujos resultados se revelam fundamentais para informar a intervenção ao nível das práticas parentais (Lawall *et al.*, 2022). A literatura tem revelado que há continuidade entre as gerações ao nível da parentalidade (Madden *et al.*, 2015), tanto ao nível das práticas parentais mais disfuncionais (Assink *et al.*, 2018) como da parentalidade sensível e responsiva (Neppl *et al.*, 2009). Pais que recordam os seus próprios pais como calorosos e com capacidade de aceitação e reconhecimento das suas necessidades, tendem a evidenciar níveis superiores de responsividade com os seus filhos (Belsky *et al.*, 2005), sendo que a natureza e a qualidade da parentalidade atual parecem ser influenciadas pelas experiências pessoais dos pais ao longo do seu desenvolvimento (Serbin & Karp, 2003). No entanto, a transmissão intergeracional da parentalidade pode ser moderada ou mediada por diversos fatores tais como os comportamentos da criança (Neppl *et al.*, 2009), a depressão ou o suporte social (Abraham *et al.*, 2022). Embora tenha sido reconhecido o papel da psicopatologia na transmissão intergeracional da parentalidade, mais evidência é necessária relativamente ao seu potencial papel mediador.

1.1. Transmissão intergeracional da parentalidade

A transmissão intergeracional da parentalidade é definida como o processo pelo qual, deliberadamente ou não, as atitudes e comportamentos parentais são influenciados pela geração anterior (Van Ijzendoorn, 1992). A investigação tem revelado que há continuidade entre gerações ao nível da parentalidade (Lawall *et al.*, 2022). Especificamente, a natureza e a qualidade da parentalidade atual parecem ser influenciadas pelas experiências pessoais dos pais ao longo do seu desenvolvimento (Serbin & Karp, 2003), na medida em que experiências precoces de cuidado por parte dos pais moldam o estilo e comportamento parental com os seus próprios filhos mais tarde (Abraham *et al.*, 2022).

Chen e Kaplan (2001) encontraram evidência para a continuidade intergeracional na parentalidade adaptativa, tendo revelado que pais que durante a adolescência tiveram relações positivas e de suporte com os seus pais, tendiam a ser mais suportivos com os próprios filhos. Assim, os resultados deste estudo sustentaram a hipótese de que há três fatores que explicam a continuidade da parentalidade adaptativa ao longo das gerações, nomeadamente: as relações interpessoais e a participação social de uma forma indireta (a experiência positiva de parentalidade na adolescência tem um efeito indireto na adoção de uma parentalidade adaptativa, através tanto das relações interpessoais positivas, como da participação social); e a modelagem de forma direta (*i.e.*, a experiência positiva de parentalidade na adolescência tem um efeito positivo direto na adoção de uma parentalidade positiva).

Mais tarde, Neppel *et al.* (2009) estudaram a continuidade dos comportamentos parentais e testaram o papel mediador dos comportamentos da criança nas práticas parentais adotadas, tendo concluído que as práticas parentais predizem a qualidade da parentalidade na geração seguinte (desadaptativa ou adaptativa). Estes resultados permitem concluir que os pais podem assimilar comportamentos específicos de parentalidade dos seus pais e adotar tais práticas nas interações com os seus próprios filhos. Os autores concluíram, ainda, que os mecanismos que explicam ou medeiam a continuidade da parentalidade são específicos, verificando que os problemas de externalização da criança surgem como mediador da transmissão intergeracional da parentalidade desadaptativa e o sucesso académico como mediador da parentalidade positiva ou adaptativa.

Assim, a literatura tem procurado explorar de que forma a transmissão intergeracional da parentalidade ocorre nos diferentes estilos parentais (Lawall *et al.*, 2022). Para além disso, tem surgido uma possível relação entre as experiências de parentalidade na infância e a psicopatologia na idade adulta, uma vez que as experiências precoces influenciam o desenvolvimento, nomeadamente emocional. Por exemplo, a teoria da aceitação-rejeição interpessoal sugere que as experiências de rejeição parental na infância tendem a conduzir ao desenvolvimento de características de personalidade desadaptativas como hostilidade e agressividade, dependência, baixa reatividade emocional ou distorções cognitivas (Khaleque *et al.*, 2019). Esta ideia é também suportada pela teoria da vinculação, sugerindo que a insegurança experienciada nas relações precoces de vinculação reflete-se em estilos de vinculação insegura na idade adulta, que estão por sua vez associados a medo exacerbado de rejeição ou aprovação dos outros, ou distanciamento emocional e desvalorização da importância das relações interpessoais (Mikulincer *et al.*, 2003). Para além das variáveis da criança, fatores dos próprios pais também podem mediar esta relação, nomeadamente a psicopatologia na idade adulta, uma vez que, não só as experiências precoces de cuidado impactam a saúde mental na infância e ao longo da vida, como o funcionamento psicológico parental é uma dimensão central para a parentalidade (Arseneault, 2018; Frech & Williams, 2007). No entanto, o papel da psicopatologia na idade adulta enquanto mediador ainda não foi explorado de forma sistemática.

1.2. Experiências da parentalidade na infância e psicopatologia na idade adulta

Além da influência que as experiências da parentalidade na infância podem ter nas práticas parentais posteriormente adotadas, a literatura tem apontado uma associação entre as experiências da parentalidade na infância e a presença, ou não, de psicopatologia na idade adulta, nomeadamente, a ansiedade e a depressão (Arseneault, 2018). A investigação sugere que as experiências precoces na infância influenciam o desenvolvimento cerebral, que por sua vez impacta o desenvolvimento emocional, comportamental e cognitivo (Sheridan & McLaughlin, 2020).

Estudos em populações clínicas revelaram que os pacientes com mais sintomatologia depressiva tendem a reportar menos afeto parental e mais controle parental na infância (Frost *et al.*, 2024). Kahya e Akbaş (2025) identificaram um padrão semelhante numa amostra não clínica, sugerindo que a experiência precoce de rejeição parental está associada a padrões de vinculação insegura, que por sua vez contribuem para o desenvolvimento de perturbações do humor na idade adulta. Ainda, Gluschkoff *et al.* (2016) observaram uma associação entre a parentalidade hostil e os sintomas de depressão na idade adulta, sugerindo os efeitos a longo prazo da parentalidade na saúde mental. Assim, existe um conjunto substancial de evidências na literatura que apontam as experiências na infância como estando na patogênese da depressão na idade adulta (Gluschkoff *et al.*, 2016; McLeod *et al.*, 2007). Uma parentalidade hostil, caracterizada por distância emocional, negligência, ou rejeição é um fator de risco para a saúde mental dos filhos (Hall *et al.*, 2004), não só porque compromete a autoestima e promove comportamentos desadaptativos (Keltinkangas-Jarvinen *et al.*, 2003), como também potencia a reatividade neurobiológica de *stress* que, por sua vez, contribui para a sintomatologia depressiva (Sowislo & Orth, 2013). Por outro lado, a literatura fornece, também, evidência de que afeto parental, aceitação, respeito e autoridade estão associados a melhores níveis de ajustamento psicológico (Chen *et al.*, 2019). Os resultados de um estudo longitudinal realizado por Cong *et al.* (2020) no Reino Unido, revelaram que elevados níveis de envolvimento parental (*i.e.*, envolvimento nos cuidados básicos, afeto, brincadeiras e atividades) podem ser fatores protetores ao desenvolvimento de quadros depressivos, particularmente se o envolvimento ocorrer durante a infância.

No que diz respeito à ansiedade, a literatura tem revelado que, além dos fatores individuais (como o temperamento ou a vulnerabilidade genética), existem fatores ambientais como os estilos de parentalidade, a psicopatologia parental e as características da família que estão associados a sintomas de ansiedade na idade adulta (Bahtiyar-Saygan & Berument, 2022). De entre estes fatores, as experiências negativas de parentalidade na infância parecem contribuir tanto para a emergência como persistência dos problemas de ansiedade (Manassis *et al.*, 2004; Shimura *et al.*, 2017). Alguns comportamentos parentais parecem aumentar o risco de ansiedade, nomeadamente a sobreproteção que parece potenciar nas crianças uma crença de que o mundo é particularmente perigoso, ameaçador e hostil, potenciando uma sensação de falta de controlo sobre a sua própria vida, e podendo assim estar associados a maior sintomatologia de ansiedade. Assim, a sobreproteção, aversão, controlo psicológico e falta de calor emocional têm sido amplamente reconhecidos como preditores de ansiedade, tanto em estudos transversais quanto longitudinais (Bahtiyar & Gençoz, 2023; McLeod *et al.*, 2007; Yap *et al.*, 2014). Por outro lado, práticas parentais emocionalmente calorosas, caracterizadas por afeto positivo, carinho, aceitação, e suporte parecem proteger as crianças da ansiedade e potenciar um desenvolvimento psicológico mais ajustado (Bahtiyar-Saygan & Berument, 2022).

1.3. Psicopatologia e práticas parentais na idade adulta

Como já foi sendo proposto por alguns autores, a psicopatologia na idade adulta não só é uma dimensão influenciada pelas experiências de parentalidade na infância, como também a literatura tem revelado que tem impacto nas práticas parentais atuais. Se, por um lado, pais mais saudáveis do ponto de vista da sua saúde mental exibem práticas parentais mais positivas e favoráveis, caracterizadas por mais disciplina e menos irritabilidade (Yamauchi, 2009); por outro, a sintomatologia depressiva e de ansiedade podem impactar negativamente as práticas parentais. Estudos mostram que a sintomatologia depressiva compromete os comportamentos parentais, na medida em que, mães que apresentam sintomatologia depressiva tendem a ser menos empáticas, mais agressivas e a recorrer mais a comportamentos emocionalmente menos responsivos às necessidades dos filhos (Frech & Williams, 2007). Filhos de mães que apresentam sintomatologia depressiva parecem ter uma tendência maior para experienciar práticas parentais severas ou desinteressadas, nomeadamente negligentes, de disciplina física e menor compromisso, do que os seus pares com mães não depressivas (Turney, 2011). Deste modo, a depressão tem sido associada tanto com práticas parentais de hostilidade e irritabilidade (Kuckertz *et al.*, 2018; Wolford *et al.*, 2019), como com comportamentos parentais negligentes (*e.g.*, baixa monitorização e responsividade às necessidades da criança) (Kaitz & Maytal, 2005; Mustillo *et al.*, 2011; Turney, 2011) e com práticas parentais menos consistentes e afetuosas (Letourneau *et al.*, 2010). Com efeito, a depressão dos pais está fortemente ligada ao comprometimento dos cuidados parentais (Abraham *et al.*, 2022; Weissman, 2020).

Do mesmo modo, mulheres com elevados níveis de ansiedade tendem a revelar problemas semelhantes de parentalidade aos das mulheres com sintomatologia depressiva (Lovejoy *et al.*, 2000), apresentando comportamentos pouco sensíveis, marcados por uma excessiva reatividade em termos de intrusão, proteção e controlo; falta de afeto; rejeição e pouca responsividade face às necessidades dos filhos (Kaitz & Maytal, 2005). Pais que experienciam ansiedade têm maior tendência para adotar comportamentos parentais de menor calor, envolvimento e suporte (Gibbons, 2021). A ansiedade dos cuidadores reduz a capacidade parental em promover comportamentos autónomos, de abertura à experiência e ao risco dos seus filhos (Bogels & Phares, 2008). Em suma, as dificuldades do ponto de vista do funcionamento psicológico estão negativamente associadas com práticas parentais de suporte.

2. Objetivos e hipóteses do presente estudo

O objetivo deste estudo passa por explorar o papel da parentalidade na infância no desempenho da parentalidade atual, e especificamente, testar o papel mediador da ansiedade e depressão nesta relação. Com efeito, tanto quanto é do nosso

EUNICE MAGALHÃES é professora auxiliar no Departamento de Psicologia do ISCTE e investigadora no Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-Iscte). Entre 2020 e 2022 foi vice-diretora do CIS-Iscte, e entre 2021 e 2024 foi vogal do Conselho Jurisdicional da Ordem dos Psicólogos Portugueses. Atualmente, é vice-diretora do Departamento de Psicologia no Iscte e diretora da licenciatura em Psicologia. Os seus interesses de investigação incluem a saúde mental de populações em risco e perigo, incluindo crianças, adolescentes e adultos vítimas de diferentes formas de violência. No contexto da promoção e proteção de crianças e jovens em perigo desenvolve investigação sobre acolhimento familiar e residencial.

LÍGIA MONTEIRO é professora auxiliar no Instituto Universitário de Lisboa (Iscte) e investigadora integrada no Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-Iscte). Neste contexto desempenhou diversos cargos, entre os quais a coordenação do mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2015-2024), do Grupo de Investigação CED (2013-2017), tendo sido membro da Comissão Científica da Unidade de I&D (CIS-IUL) (2021-2025). Tem como principais interesses de investigação a parentalidade (com particular enfoque no pai), processos no contexto familiar e o desenvolvimento socioemocional nos primeiros anos de vida da criança.

MARIA MANUELA CALHEIROS é professora catedrática na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Tem uma vasta experiência de investigação que tem contribuído para um maior conhecimento sobre parentalidade e o impacto no desenvolvimento das crianças e para a definição de políticas públicas na área da intervenção com crianças e jovens em risco e perigo através do desenho, implementação e avaliação de programas de intervenção em diferentes contextos.

Este livro procura colmatar uma importante lacuna na divulgação de trabalhos de investigação na área da proteção de crianças e jovens em diversos setores de intervenção social em Portugal. Neste sentido, os textos apresentados pretendem identificar e problematizar tanto o estado da arte como apresentar soluções técnicas nos planos familiar, social e organizacional.

No seu conjunto, os textos incluídos neste livro podem interessar a estudantes de licenciatura e de pós-graduação, a profissionais investidos num percurso de aprendizagem ao longo da vida, bem como a todos aqueles que procuram conhecer abordagens novas na área da avaliação e intervenção no domínio da proteção de crianças e jovens em risco, e respetivos contextos de desenvolvimento (família, instituições e comunidade).

Com esta obra pretende-se, assim, promover padrões de qualidade e valores de boas práticas de intervenção institucional e comunitária na área de populações em risco, e proporcionar um contributo válido com aplicação em termos das políticas e práticas no âmbito dos serviços sociais em geral, e do sistema de proteção de crianças e jovens em particular.



Crianças em Risco e Perigo

Contextos, Investigação
e Intervenção

Vol. 7

